

AHMA - EXPOSIÇÕES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ALMADA

9ª EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL:

“IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA EM ALMADA”

Texto de Apoio

CASA PARGANA
Rua Visconde Almeida
Garrett, 12 – Almada

•••

Outubro de 2004
a
Janeiro de 2005
2.ª a 6.ª feira:
das 10.00h às 12.30h
e
das 14.00h às 17.00h

•••

Visitas guiadas
e palestras por
marcação
(Tel.: 212724900)



DIVISÃO DE HISTÓRIA LOCAL E ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIOCULTURAL
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Implantação da República em 5 de Outubro de 1910

Nas últimas décadas do século XIX sentia-se, por todo o País, o descontentamento da população. A maioria do povo português continuava a viver com grandes dificuldades.

Aqueles que já antes eram pobres - operários, agricultores e outros trabalhadores rurais - estavam cada vez mais pobres, e só os que já eram muito ricos conseguiam aumentar a sua fortuna. Esta situação provocava grande agitação e mal-estar.

Os sucessivos governos da monarquia liberal mostraram-se incapazes de melhorar as condições de vida da população. E, em 1876, formou-se um novo partido, chamado "partido republicano".

Os republicanos achavam que à frente do País não devia estar um rei, o qual nem sempre tinha as capacidades necessárias para o cargo, mas sim um presidente eleito pelos Portugueses e que governasse só durante alguns anos. Consideravam, portanto, que a forma de governo do País tinha de ser alterada. A monarquia devia ser substituída por uma república.

Em 1886, Portugal publica o Mapa Cor-de-Rosa com a finalidade de confirmar o domínio português em terras africanas.

São enviadas tropas para reivindicar para si os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. A divulgação do mapa cor-de-rosa fora fortemente contestada pela Inglaterra, que desejava apoderar-se dos territórios entre aquelas duas colónias.



Em 11 de Janeiro de 1890 o governo português recebe um Ultimato (última ordem) da Inglaterra. Nele era exigida a retirada imediata das tropas portuguesas dos territórios situados entre Angola e Moçambique, ou então o governo inglês rompia as relações diplomáticas com Portugal e recorria à força. O governo português viu-se então forçado a aceder aos Ingleses, provocando descontentamento na população.

O partido republicano português, que se vinha salientando na oposição à monarquia, aproveita para atacar e acusar o rei de alta traição.

Em 14 de Janeiro de 1890, o "Partido Republicano Português" organizou uma grande manifestação em Lisboa, acusando o rei D. Carlos e o Governo de terem traído os interesses dos Portugueses em África. As hostilidades contra o regime monárquico e a propaganda das ideias republicanas nos jornais e revistas foram crescendo.

Em 31 de Janeiro de 1891 deu-se, no Porto, a primeira revolta armada contra a monarquia. Nessa madrugada reuniram-se no Campo de Santo Ovídio a Infantaria 10 e Caçadores 9 comandados pelo Capitão Leitão, Tenente Coelho e

Alferes Malheiro, que aguardavam a comparência de outros regimentos para engrossar a revolta, o que não aconteceu e como combinado marcharam ao toque da "Portuguesa", para a praça do município, onde alguns populares davam vivas à república. Enquanto durou a revolta a bandeira do Centro Democrático



Federal 15 de Novembro foi içada na Câmara Municipal do Porto. Porém, a guarda municipal, fiel à monarquia, venceu os revoltosos. O número de mortos foi grande. A agitação política e as manifestações populares contra a monarquia não terminaram. Aumentaram ainda mais durante o

governo chefiado por João Franco.

No dia 1 de Fevereiro de 1908, em Lisboa, dá-se um atentado contra a família real. São mortos o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe.

Com a morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro, foi aclamado rei D. Manuel II, que tinha apenas 18 anos. O novo rei procurou o apoio de todos os partidos monárquicos, mas mesmo assim não conseguiu que os republicanos desistissem de acabar com a monarquia em Portugal.

No dia 2 de Outubro Cândido dos Reis reúne-se com oficiais republicanos, com a Alta Venda Carbonária e com o directório do PRP ficando marcada a Revolução para a noite seguinte. Como Miguel Bombarda (uma das principais personagens da conspiração) tinha sido baleado e tinha falecido, na reunião do dia três (na Rua da Esperança) puseram-se dois problemas: um era a sua morte e o outro consistia em que ele, sendo uma grande figura, é que detinha alguns dos segredos da conspiração. Novas hesitações surgem mas acabaram por continuar com a revolução, pois se não o fizessem os marinheiros saíam sozinhos.

A revolução republicana iniciou-se em Lisboa na madrugada do dia 4 de Outubro de 1910.

Foi a primeira grande revolução portuguesa do século XX.

O movimento revolucionário partiu de pequenos grupos de conspiradores: - membros do exército e da marinha (oficiais e sargentos), alguns dirigentes civis e grande número de populares armados.

Marcada a Revolução para a 1 da manhã, de acordo com o plano, os alvos eram o Quartel-general e o Palácio das



Necessidades, mas é abandonado e os republicanos fixam-se na Rotunda, onde organizaram a defesa. Foram atacados pela Guarda Municipal, mas repeliram o ataque. Dos civis também só foi bem sucedida a missão na zona oriental lisboeta. Mas a Marinha era um "feudo" carbonário e à 1 da manhã no Quartel da Marinha a vitória foi dos republicanos. Tomaram os navios "Adamastor" e "S. Rafael".

De madrugada as forças monárquicas atacaram a Rotunda. Soube-se do suicídio de Cândido dos Reis o que desanimou alguns republicanos. Sá Cardoso convoca os conspiradores; a maioria quer terminar a tentativa de golpe. No entanto, Machado Santos e a Carbonária decidem continuar. A revolução está nas mãos dos civis. Aumenta a adesão popular e constroem-se barricadas. Ao fim da manhã as forças leais ao Rei, comandadas por Paiva Couceiro, atacam a Rotunda quer pelo Rossio quer pelo lado da Penitenciária, mas sem grande sucesso.

Entretanto os navios "Adamastor" e "S. Rafael" bombardeiam as Necessidades, chegando a destruir com um tiro o Pavilhão Real. Assustada a Família Real foge para Mafra. Os mesmos barcos vão encurralar as forças leais no Rossio. Na madrugada do dia 5, porém, Paiva Couceiro leva as suas tropas para o Jardim de Torel, donde podia atacar a Rotunda. Contudo tinha poucas munições e o depósito destas em Beirolas estava nas mãos dos republicanos. As tropas estavam divididas. Além disso muitos confundiram a bandeira branca levantada pelo Encarregado de Negócios da Alemanha, com a rendição do Rei e destroçaram. A Monarquia ficou sem soldados. Havia a lamentar 76 mortos, dos quais 51 civis, 186 feridos civis e 122 militares. A revolução saiu vitoriosa.

Na manhã de 5 de Outubro de 1910, José Relvas e outros membros do Directório do Partido Republicano Português, à varanda da Câmara Municipal de Lisboa e perante milhares de pessoas, proclamaram a República.



No mesmo dia, o rei D.Manuel II e a família real embarcaram na praia da Ericeira com destino a Gibraltar. O último rei de Portugal seguiu depois para o seu exílio na Inglaterra.

Assim terminou a Monarquia em Portugal.

Os republicanos, uma vez no poder, nomearam um Governo Provisório, presidido pelo Dr. Teófilo Braga, para dirigir o País, enquanto não fosse aprovada a nova Constituição e eleito o primeiro Presidente da República.



Mas era necessário criar rapidamente na população a consciência da mudança e o espírito do regime republicano.

A bandeira portuguesa foi durante a monarquia constitucional a bandeira azul-branca bipartida e encimada pelas armas reais, assentes sobre cada uma das cores.

O verde e encarnada, embora nunca tenham constituído as bandeiras nacionais até à bandeira republicana,

têm figurado em momentos da história portuguesa: Batalha de Aljubarrota, Descobrimientos Marítimos, a Guerra da Restauração. Assim, o verde e rubro não deixa de estar indissociavelmente ligado a alguns momentos significativos da história portuguesa, em particular à defesa da independência nacional. A bandeira içada na Câmara Municipal do Porto na manhã de 31 de Janeiro de 1891, símbolo da revolta republicana, eram de facto verde e vermelha, tornando-se para os republicanos o símbolo da República. As bandeiras levantadas pelos regimentos e navios revoltados na jornada de 3 a 5 de Outubro de 1910 eram verde-rubra, foi esta a bandeira vitoriosa hasteada em todos os quartéis e que substituiu a bandeira azul-branca no alto do Castelo de S. Jorge.

Após a implantação da república tornou-se imperativo a criação dos símbolos nacionais, a escolha da bandeira foi tudo menos pacífica. Guerra Junqueiro era um dos defensores da continuidade do azul-branco e Teófilo Braga em defesa do verde-rubro, as cores dos movimentos revolucionários e populares, personificando as duas grandes divergências.



Perante o impasse, decide o governo formar uma comissão especialmente destinada ao estudo da bandeira e do hino nacionais.

Na manhã de 1 de Dezembro, frente à Câmara Municipal de Lisboa, lugar onde fora proclamada a república em 5 de Outubro, Escola Naval e Escola do Exército, em parada militar, ao som de “A Portuguesa” prestam homenagem à bandeira verde-rubra, agora feita bandeira nacional.



O verde é a cor da esperança no futuro.
O vermelho é o símbolo da coragem e do sangue que os soldados portugueses derramaram nos campos de batalha.



A esfera armilar é o símbolo do mundo dos navegadores portugueses nos séculos XV e XVI.



Os sete castelos são as cinco vilas fortificadas que D. Afonso Henriques conquistou aos mouros.



Os cinco escudos de armas portuguesas representam os cinco reis mouros de que D. Afonso Henriques venceu na Batalha de Ourique. Os pontos brancos dentro de cada escudo representam as cinco chagas de Cristo.

Nos finais do séc. XIX, “A Portuguesa”, marcha vibrante e arrebatadora, de forte expressão patriótica, pela afirmação de independência que representa e pelo entusiasmo que desperta, tornou-se naturalmente e por mérito próprio, um consagrado símbolo nacional.

A composição de Alfredo Keill e Henrique Lopes de Mendonça que conseguiram interpretar em 1890, com elevado sucesso, o sentimento patriótico de revolta contra o Ultimato que a Inglaterra, em termos arrogantes e humilhantes, impusera em Portugal.

O Hino que fora concebido para unir os Portugueses em redor de um sentimento comum, pelo facto de ter sido cantado pelos revolucionários de 31 de Janeiro de 1891, foi desconsiderado pelos monárquicos e proibida a sua execução em actos oficiais e solenes.

Quando da implantação da república em 1910 “A Portuguesa” volta a ser tocada e cantada nas ruas de Lisboa. A mesma Assembleia Constituinte, que aprovou a Bandeira Nacional, proclamou “A Portuguesa” como Hino Nacional.

Em 1957, procede-se a alterações no Hino, quer na sua linha melódica, como também é retirada a última estrofe para melhor memorização do mesmo, sendo esta a versão actual.

A PORTUGUEZA

Musica de Alfredo Keil

Marcha

Poosta de Lopes de Mendonça

The image shows a musical score for the march 'A Portuguesa'. It is written for voice and piano. The score is divided into three systems, each corresponding to a stanza of the lyrics. The first system includes a vocal line and a piano accompaniment. The second system continues the vocal line and piano accompaniment. The third system concludes the piece with a final vocal line and piano accompaniment. The score is marked with 'Allegro' and 'Marcha'. The lyrics are in Portuguese and are written below the vocal line.

Barra de mar, terra nova,
 Cadei salutar, encantil,
 Criaste hoje de novo
 O esplendor de Portugal!
 Contra as brumas da ignorância,
 Ah patria combate a luz
 Das tuas espelhas avulsas
 Que ha de guiar-te a victoria!

Le armas: sobre a terra, sobre o mar,
 Pela patria lutar!
 Contra os castellos murtelhar!

Insultada e invista heretica
 E' tua cota de honra.
 Brada a Europa a terra infeliza:
 Luctem pelo portugal!
 Deixa o solo teu ferido
 O sereno, a rugir clamor:
 E a tua brava coragem
 Das muralhas sacras do murtel!

Le armas: sobre a terra, sobre o mar,
 Pela patria lutar!
 Contra os castellos murtelhar!

Soldar o sal que desquiza
 Sob os pés do portugal!
 Hoje o nobre c'rua allianza
 O segredo do murtel!
 Numa fressa guerra lucte
 São rasos os brigos de mar,
 Que nos guardam, nos castellos
 Contra os vigellos do murtel!

Le armas: sobre a terra, sobre o mar,
 Pela patria lutar!
 Contra os castellos murtelhar!

A Implantação da República em Almada



A situação geográfica do concelho de Almada, próximo da cidade de Lisboa e na margem sul do Rio Tejo, proporcionou que inúmeras indústrias se fixassem no concelho desde o do século XIX, atraindo trabalhadores do campo, que procuravam neste concelho melhores condições de vida. A população do concelho aumenta consideravelmente no início do séc. XX, ultrapassando os 15 mil habitantes. Estes trabalhadores com baixos salários e péssimas condições de trabalho, leva-os inicialmente a organizarem-se em associações de operários (ex. Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada) e a fomentarem as primeiras greves. A incapacidade da monarquia de resolver os graves problemas sociais e por ter cedido ao Ultimato Inglês faz aumentar a contestação e o descontentamento popular. O partido republicano vai reforçar a oposição à monarquia e atrai pessoas de todas as classes sociais para as suas fileiras.

No concelho, o papel do Partido Republicano é visível pela existência de dois centros republicanos, um em Almada, Centro Republicano Capitão Leitão e outro na Cova da Piedade, Centro Republicano Elias Garcia. Um dos aspectos mais salientes e de maior alcance nacional da obra levada a cabo pelas agremiações republicanas foi o impulso dado à instrução popular, tendo deste modo o Partido Republicano Português contribuído para a luta contra o analfabetismo em Portugal. Contando apenas com cotizações dos sócios e das dádivas de protectores, amigos e simpatizantes, as agremiações republicanas proporcionavam o ensino a todos quantos frequentavam os seus cursos escolares, havia aulas diurnas para crianças e adultos e nocturnas só para estes. Os centros almadenses também detinham escolas, Centro Republicano Escolar Elias Garcia e Escola do Centro Republicano Capitão

Leitão.

Os acontecimentos que precipitaram a implantação da República em Almada passam pelos testemunhos publicados na imprensa nacional e local, o jornal **"A Capital"** de 4 de Outubro de 1910 publica a seguinte notícia: *"A Vila de Almada já proclamou a República, desfraldando a bandeira republicana no alto do Forte, na Câmara e na Administração."*



Os corticeiros tomaram uma parte activa nesse acto, manifestando a sua solidariedade com a causa revolucionária."

O jornal **"O Mundo"** de 5 de Outubro de 1910, que *"Almada 4, às 9.15 – Desde a madrugada ouve-se aqui numerosas detonações, que põem em alvoroço a população do concelho. (...) As seis e meia da manhã, vários populares, vindo de Lisboa, trouxeram a notícia do movimento, proclamando-se a República. Os operários das fábricas abandonaram logo o trabalho."*

O povo percorreu as ruas com as bandeiras dos centros republicanos, que depois foram hasteadas nos paços do concelho e na administração, sendo içada no forte outra bandeira republicana. Acompanhavam a multidão as filarmónicas daqui, entoando a Marselhesa e a Portuguesa. São tomadas as chaves da Câmara e Administração. Foi nomeada a Junta Revolucionária que, na sua primeira reunião, tomou várias resoluções com assentimento geral do povo.

A guarnição do grupo de artilharia nº 4, do forte da Raposeira, ao que parece, declarou-se neutra. Outro tanto fez o destacamento da guarda fiscal. É indiscutível o entusiasmo popular."

O jornal **"O Século"** de 5 de Outubro de 1910, *"(...) Logo que, ainda de noite, n'aquella villa se teve conhecimento de que na capital as tropas se haviam revolucionado, batendo-se nas ruas pela republica, acudiu aos pontos altos da villa muito povo, a presenciar o tiroteio e bombardeamento, conservando-se toda essa gente ali durante o dia."*

Ao romper do dia, varias bandas de musica percorrem as ruas, acompanhadas por grande multidão, que, empunhando bandeiras com as cores verde e encarnada, n'um delírio estonteante, soltando vivas que atroam os ares, se dirige para os paços do concelho. Á frente d'esses grupos marcham todos os vultos mais importantes do partido republicano de Almada. N'aquelle edificio é hasteada, por entre grandes manifestações, a bandeira do Centro Republicano Ellias Garcia.(...)

Na administração do concelho iça-se a bandeira do Centro Republicano Capitão Leitão e no forte de Almada a bandeira republicana.

Entretanto, de Lisboa vão chegando constantemente noticias garantindo a victoria das forças revolucionarias, o que mais enthusiasma a multidão, entre a qual se vêem muitos operários. A laboração das fabricas e todos os trabalhadores haviam paralyzado por completo. Ao meio-dia, com toda a solemnidade, perante uma multidão enorme, que se cança em soltar vivas, é proclamada a republica, nomeando-se uma junta revolucionaria para gerir os negócios do concelho.(...)



O jornal “O Correio do Sul” de 30 de Outubro de 1910, descreve “a gloriosa madrugada de 4 d'outubro na villa de Almada e arredores e o que posteriormente se passou. (...) Ouvimos os primeiros tiros, que deviam forçosamente partir dos navios de guerra surtos no Tejo. Acudimos à alameda do Castello. Acompanhou-nos José Justino Lopes, Firmino da Silva, Frederico Fragoso e Arthur Fonseca, que encontrámos já na rua. A cidade de Lisboa apparece-nos illuminada e magestosa como sempre. (...) De Lisboa chegam tambem alguns correigionarios que entraram na revolta(...). Levantaram-se n'essa occasião freneticos vivas à Republica à Patria e à Liberdade. Tudo caminhava em favor da sagrada causa republicana.

Feio Terenas, por sua vez, abeira-se do automovel, sobe o estribo, e d'ahi discursa à turba revolucionada, convidando-a a partir em direcção ás localidades e fabricas do concelho, para que todo o operariado venha tomar parte, como patriotas, no movimento

revolucionario. N'esta ordem de ideias também falou Bartholomeu Constantino. Foi, então, que, com Galileu Correia, Jayme Ferreira, Mario Guerreiro, Bartholomeu Constantino e outros, iniciámos o movimento revolucionario n'este lado do Tejo, tomando o caminho da fabrica Symington C.^a, a mais proxima do caes, e seguidamente o das fabricas Bucknall & Sons, Scholtz Bucknall e Hilario Piló, de Margueira, onde os operarios promptamente acudiram ao nosso appello. Á frente de uma multidão que, sem exaggero, se pode calcular em 8:000 pessoas, passámos por Mutella, Caramujo e Cova da Piedade, d'onde se trouxe a bandeira do Centro Elias Garcia, vindo irmanar com a do Centro Capitão Leitão empunhada pelo seu presidente Antonio Branquinho. Ao tempo já se haviam incorporado uma parte de executantes da Incrível e Academia Almadense, entoando o hymno revolucionario. Também já haviam adherido os operarios das fabricas Dundas, Wiborg & C.^a, V.^a A. J. Gomes & C.^a & C, Ranckins & Sons, etc. Dirigimo-nos para Almada, sem nunca termos encontrado a menor resistencia, e, atravessando toda a villa, no meio do maior entusiasmo e alegria, chegamos aos Paços do Concelho, onde foi hasteada a bandeira do Centro Elias Garcia, pelo cidadão Polonio Febrero Junior. Do alto das escadarias do edificio, fallaram Galileu Correia, Jayme Ferreira e Bartholomeu Constantino. Ao ar subiram numerosos foguetes, enquanto era executada a Marselheza pelos grupos musicaes que nos acompanhavam. A primeira étape estava feita. O primeiro passo estava dado."



No rescaldo da revolução, "(...) A noticia da implantação da republica foi aqui recebida com grande contentamento, havendo geral anciedade por noticias definitivas. De manhã vieram aqui vários marinheiros buscar mantimentos para os barcos de guerra. A guarda fiscal de Cacilhas retirou para o quartel de artilharia na Trafaria, arvorando-se n'aquella villa a bandeira republicana.

Continuam comissões de vigilância em edifícios públicos, que devem já funcionar amanhã, assumindo o cargo de administrador do concelho o presidente da comissão municipal sr. Arthur Paiva. O governador civil enviou um telegramma para ser içada a bandeira republicana. A junta revolucionaria, reunida, resolveu que seguisse, para Lisboa cinco delegados a fim de conferenciarem com



o sr. Eusébio Leão. Voltando de Lisboa reuniram novamente, as 9 horas no Centro Capitão Leitão, falando vários oradores, que aconselharam a que fosse mantida a ordem. Os edifícios públicos e as agremiações estão illuminados, percorrendo as ruas uma banda de musica, seguida de muito povo.

Os presos da cadeia foram soltos pelo povo. O convento dos jesuitas está todo destruído pelo incendio.” (“O Século” de 6 de Outubro de 1910)

A participação dos movimentos operários na revolução de 5 de Outubro de 1910, não está comprovada, mas podemos confirmar a realização de uma reunião em assembleia geral da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada na sede do Centro Republicano Capitão Leitão a 24 de Setembro de 1910, apesar desta associação ter sede própria e sala de assembleias. (Livro de Actas da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada, ACC/A/001/Mç004)



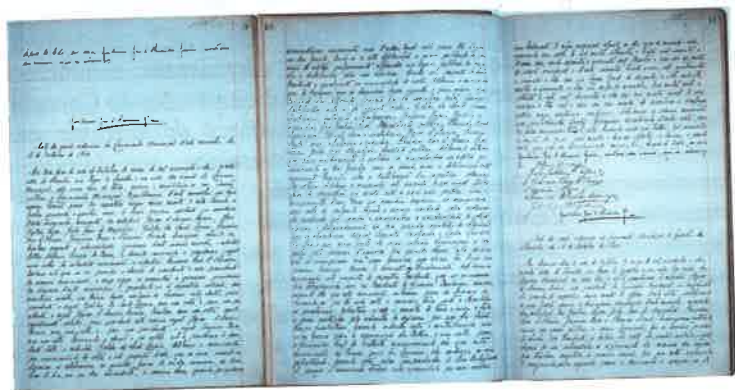
Depois da revolução, os republicanos Almadenses assumem a gerência dos “negócios do concelho”; o Administrador do Concelho comunica: “*que tendo sido iniciado no dia 4 do corrente uma revolução militar e popular que determinou em Lisboa a proclamação da Republica Portuguesa e se organizou n’este concelho, na madrugada do referido dia 4 uma junta revolucionaria, e em nome do governo provisório da Republica, tomou conta da Administração do concelho, de que tomou posse e entrou em exercicio em 6 do corrente, em virtude do ultimo administrador Narciso Alves Xavier, ter abandonado a*



Administração na manhã do referido dia 4.”; expedida pelo Administrador do Concelho, Arthur António Ferreira da Paiva. **(Livros de Correspondência Recebida, CMA/C/A/002/Lv012, fl. 63)**

A junta revolucionária só iria constituir formalmente a Comissão Municipal Republicana no dia 12 de Outubro de 1910, “(...) verificou-se haverem sido eleitos, para presidente, o vogal Galileu da Saude Correia, com seis votos, e para vice-presidente, o vogal Jayme d'Amorim Ferreira (...). Ainda sob proposta do senhor Presidente e igualmente por unanimidade de votos, deliberou a comissão que, de harmonia com as disposições legais vigentes e para maior regularidade das diferentes funções que lhe incumbem estas fossem distribuidas, entre si, do seguinte modo: Galileu da Saude Correia – Contencioso, instrucção e beneficencia – Joaquim Peças – Jardins e arvoredos – José Justino Lopes – Illuminação publica – Florencio Ricardo Domingues – Viação, obras e matadouro – Jayme d'Amorim Ferreira – Fontes, poços, chafarizes e incendios – Francisco Luis d'Oliveira – Cemiterios – Julio Cesar Magalhães – Sanidade publica(...)”.

Nesta mesma acta é confirmada a dita comissão, como também se pode comprovar nos relatos da imprensa que “(...)esta comissão, ao tomar posse da Camara honrando-se por ter sido esta a primeira terra onde a republica se proclamou(...)”. **(Livros de Actas de Vereação, CMA/B/A/001/Lv056, 1910 – 1911, fl. 9 a 11)**



Após a revolução, a comissão municipal afim de homenagear a implantação da República, procedeu a alterações toponímicas:
 (...) Sendo presente um officio dos cidadãos Manuel Maria dos Santos Parada e Raul Custodio Gomes, propondo, para solenisar a implantação do regímen republicano, a substituição dos nomes de algumas ruas do concelho, deliberou a Comissão por maioria dos votos, que o Largo do Monte, na freguesia de Caparica, passasse a denominar-se Largo Cândido dos Reis – o Largo da Piedade, Largo 5 de Outubro de 1910 – a Rua Direita de Almada, Rua Capitão Leitão – a Calçada de Cacilhas, rua Elias Garcia – e a Avenida Gomes Neto, Avenida Heliodoro Salgado, observando-se na deliberação tomada o que preceitua o Regulamento do Registo Predial (...). (Livros de Actas de Vereação, CMA/B/A/001/Lv056, 1910 – 1911, fl. 19 – 21, Acta de 26 de Outubro de 1910)
 (...) Sob proposta do vogal Julio César de Magalhães, deliberou a Comissão que o Largo da povoação da Trafaria, geralmente conhecido pelo Largo da Igreja, passe a denominar-se Praça da Republica (...). (Livros de Actas de Vereação, CMA/B/A/001/Lv056, 1910 – 1911, fl. 26 v. e 27, Acta de 6 de Novembro de 1910)



Referências documentais:

Documentos impressos:

Monografias:

- Correia, Romeu – Academia Almadense, Memória de 100 Anos, Almada, Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, 1995
- Correia, Romeu – Homens e Mulheres Vinculados às Terras de Almada, Almada, Câmara Municipal, 1978
- Flores, Alexandre M. – Almada Antiga e Moderna, roteiro iconográfico, 3 vols., Almada, Câmara Municipal, Almada, 1985-1990
- Flores, Alexandre M. – *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário, Almada, Câmara Municipal, 2003*
- Martins, Rocha Martins – D. Carlos, História do seu Reinado, Estoril, Edição do Autor, 1926
- Martins, Rocha Martins – D. Manuel II, História do seu Reinado, Estoril, Edição do Autor, 1931
- Mattoso, José (dir.) – História de Portugal, vol. VI, A Segunda Fundação, Rui Ramos, Lisboa, Editorial Estampa, 1994
- Medina, João (dir.) – História de Portugal, dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, vol. X, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1998
- Ramos, Luís A. de Oliveira (dir.) – História do Porto, Porto, Porto Editora, 2000
- Saraiva, José Hermano – História de Portugal, vol. VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1983
- Serrão, Joel (dir.) – Dicionário de História de Portugal, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992
- Serrão, Joel e Marques, A. H. De Oliveira (dir.) – Nova História de Portugal, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991

Publicações Periódicas:

- Capital (A), Lisboa, 4 de Outubro de 1910
- Correio do Sul (O), Almada, nº. 42, Anno I, 30 de Outubro de 1910
- Diário de Notícias, Lisboa, nº. 16127 – 46º Anno, 4 de Outubro de 1910
- Ilustração Portuguesa: Edição Semanal do Jornal o Século, Lisboa, nº. 242, 10 de Outubro de 1910
- Ilustração Portuguesa: Edição Semanal do Jornal o Século, Lisboa, nº. 243, 17 de Outubro de 1910
- Ilustração Portuguesa: Edição Semanal do Jornal o Século, Lisboa, nº. 244, 24 de Outubro de 1910
- Mundo (O), Lisboa, nº. 3567, Anno XI, 4 de Outubro de 1910
- Mundo (O), Lisboa, nº. 3568, Anno XI, 5 de Outubro de 1910
- Século (O), Lisboa, 5 de Outubro de 1910
- Século (O), Lisboa, 6 de Outubro de 1910

Documentos Manuscritos:

A.H.M.A.—*Livro de Actas da Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Almada*, ACC/A/001/Mç004

A.H.M.A.—*Livros de Actas de Vereação*, CMA/B/A/001/Lv056

A.H.M.A.—*Livros de Correspondência Recebida*, CMA/C/A/002/Lv012

Ilustrações:

Reproduções do Arquivo Histórico, Museu da Cidade e de colecções particulares de António Policarpo, A. Flores e José Luís Covita.

Visitas e Palestras

- Promoção de visitas guiadas e palestras quinzenais a grupos até 20 pessoas às quintas-feiras, das 10.30h às 12.30h, mediante marcação prévia para o secretariado:
Tel. 212724900; Fax 212724919;
E-mail: arq.hist.mun@cma.m-almada.pt
- Preparação, montagem da exposição e organização do catálogo: Divisão de História Local e Arquivo Histórico.